

**TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E
A DINÂMICA MIGRATÓRIA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
(ES)**

**TERRITORIAL TRANSFORMATIONS IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO
AND THE MIGRATORY DYNAMICS IN THE MUNICIPALITY OF CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM (ES)**

**TRANSFORMACIONES TERRITORIALES EN EL ESTADO DE ESPÍRITO
SANTO Y LA DINÁMICA MIGRATORIA EN EL MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM (ES)**

Yago Oliveira dos Santos¹ <https://orcid.org/0000-0002-7036-2424>

Ednelson Mariano Dota² <https://orcid.org/0000-0002-8726-0424>

RESUMO

A dinâmica migratória no interior do Brasil vem se modificando, assim como em outras partes que concentram maior volume de população e recursos econômicos. Neste artigo analisamos como as mudanças na migração do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) refletem as transformações territoriais em curso no estado do Espírito Santo. São utilizados para a análise os dados de migração do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010, além dos dados da RAIS. Como resultado, verificou-se que a mudança do saldo migratório foi resultado da estagnação econômica do município, provocada pelas transformações territoriais derivadas das mudanças na alocação dos investimentos econômicos e das infraestruturas instaladas no estado, que estão se direcionando nas últimas décadas para a porção litorânea do estado.

Palavras-chave: Migração. Investimentos. Território. Cidade-média.

ABSTRACT

The migratory dynamics within Brazil have been changing, similar to other regions that concentrate a larger volume of population and economic resources. In this article, we analyze how the changes in migration in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim (ES) reflect the ongoing territorial transformations in the state of Espírito Santo. The analysis uses the migration data from the 1991, 2000, and 2010 Demographic Censuses, as well as data from RAIS. These data will be used to calculate rates and to produce graphs and tables using descriptive statistics. As a result, it was found that the change in the migration balance was a result of the municipality's economic stagnation, caused by the territorial transformations derived from changes in the allocation of economic investments and installed infrastructures in the state, which have been directed towards the coastal portion of the state in recent decades.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. E-mail: yagooliveira485@gmail.com

² Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, dos Programas de Pós-graduação em Demografia (Unicamp) e Geografia (UFES) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó. E-mail: ednelson@unicamp.br

Keywords: Migration. Investments. Territory. Medium-size cities.

RESUMEN

La dinámica migratoria dentro de Brasil ha ido cambiando, al igual que en otras regiones que concentran un mayor volumen de población y recursos económicos. En este artículo, analizamos cómo los cambios en la migración en el municipio de Cachoeiro de Itapemirim (ES) reflejan las transformaciones territoriales en curso en el estado de Espírito Santo. Se utilizan para el análisis los datos de migración de los Censos Demográficos de 1991, 2000 y 2010, además de los datos de RAIS. Estos datos se utilizarán para calcular tasas y para producir gráficos y tablas, utilizando estadística descriptiva. Como resultado, se encontró que el cambio en el saldo migratorio fue resultado de la estancación económica del municipio, provocada por las transformaciones territoriales derivadas de los cambios en la asignación de inversiones económicas y de las infraestructuras instaladas en el estado, que en las últimas décadas se han dirigido hacia la porción costera del estado.

Palabras clave: Migración. Inversión. Territorio. Ciudades intermedias.

INTRODUÇÃO

Existem muitos fatores que impulsionam milhões de pessoas a se movimentarem pelo espaço. Os debates acerca das migrações internas no território brasileiro são tão diversos quanto o próprio país. Geograficamente é importante situar que não é possível falar das transformações no espaço sem mencionar a migração, visto que as dinâmicas sociais, econômicas e regionais são modificadas pelos deslocamentos da população.

A análise das transformações na economia e na infraestrutura é um interessante caminho para entender a influência da dinâmica macroeconômica nos fluxos migratórios, e auxilia no entendimento dos motivos de mudança da população ao longo do tempo e a importância de determinadas áreas em detrimento de outras. Diante da diversidade do território brasileiro, há lacunas que precisam ser exploradas, principalmente fora dos grandes centros urbanos.

Neste sentido que o Sul do estado do Espírito Santo apresenta-se como área relevante para essa análise. Considerado historicamente relevante para a dinâmica estadual, o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) vive atualmente outro contexto, de perda de população via migração. Neste artigo analisamos como a migração no município e seu entorno contribui para entender as dinâmicas e as transformações territoriais e econômicas em uma escala mais ampla, do estado, reforçando a dinâmica relacional e interdependente entre as partes.

Para tanto, serão utilizados dados de migração do Censo Demográfico brasileiro para compreender as origens e destinos dos fluxos, utilizando-se de mapas de fluxos e de

distribuição das taxas da migração, a fim de melhor visualizar a dimensão espacial da migração. Os dados sobre a dinâmica econômica e de trabalho são utilizados para compreender o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) enquanto espaço de perda migratória no início do século XXI.

O objetivo deste artigo é analisar de que forma as transformações econômicas e regionais na escala macro, do Espírito Santo e sua inserção na rede urbana e econômica nacional, refletiram nas dinâmicas do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES), e como os novos contextos do município nessas duas primeiras décadas do século XXI, sobretudo em relação à dinâmica migratória e ao mercado de trabalho, podem ser usados como indicativos das transformações territoriais observadas no estado. De forma específica, integra-se o debate de cidades médias e dinâmica migratória em suas conexões com as transformações territoriais e econômicas de um município e seu entorno imediato; e ainda perspectivas para análise dos investimentos realizados e programados e relacionada a migração.

METODOLOGIA

Este trabalho utiliza os microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 como fonte para informações sobre a população e seus movimentos migratórios. Utilizou-se o quesito Data-fixa, que “combina espaço (município e UF) e tempo (cinco anos atrás) e permite determinar a residência em uma data fixa no passado, especificando [...] um período exato e local inequívoco para a migração” (CUNHA, 2012, p. 41). Justamente pelas suas características, esse quesito é ideal para realizar cálculos de taxas migratórias, como a migração bruta (soma dos volumes de imigração e emigração), e o IEM (Índice de Eficácia Migratória, o saldo migratório dividido pela migração bruta). Este índice é utilizado para analisar a eficácia migratória das entradas e saídas dos migrantes de determinada área, sendo que quanto mais perto de +1 indica alta eficácia migratória (retenção migratória), e quanto mais perto de -1 indica baixa eficácia migratória (perda de população via migração) (DOTA; QUEIROZ, 2019).

Os dados de investimentos públicos e privados do Instituto Jones dos Santos Neves, realizados e previstos, possuem uma linha histórica que permite fazer comparações entre o passado, presente e as perspectivas futuras. Assim, são utilizados para entender se há alguma relação enquanto condicionante econômico para as migrações e áreas de concentração econômica, e as possíveis desigualdades regionais também na distribuição de migrantes entre os municípios.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são utilizados para analisar a estrutura do trabalho formal segundo as atividades econômicas do município, com foco nas associações com os dados econômicos entre 1995 e 2020. A metodologia de análise utilizada por Dota e Ferreira (2021), em relação ao trabalho e a estrutura econômica, será base para as análises, uma vez que as mudanças ocorridas nos setores da economia apresentam rebatimentos diretos em dados como o PIB e investimentos.

Os dados do mercado de trabalho foram organizados a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para analisar se os investimentos e o mercado de trabalho têm se alterado ao longo do tempo e outros resultados dessas mudanças.

A MIGRAÇÃO INTERNA NA ANÁLISE DAS CIDADES MÉDIAS E DA REDE URBANA

A rede urbana e o caso de Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Os estudos sobre rede urbana brasileira têm sido importantes para a compreensão das dinâmicas socioespaciais no território brasileiro. Santos (2013) e Corrêa (1989) afirmam ser necessário avaliar como a estrutura da rede urbana foi formada, e como seu crescimento está relacionado às economias de mercado no território brasileiro. Além disso, deve-se levar em conta as especificidades da divisão territorial do trabalho e os fixos, os quais foram determinantes para os papéis e funções no território. A articulação entre as cidades aparece como fator central para compreender a hierarquia urbana e a influência regional.

Assim, o estudo sobre a rede urbana envolve dimensões que estão presentes no espaço geográfico, que funcionam como um organismo funcional e articulado, que movimentam questões populacionais, econômicas e sociais (MATOS, 2009). Neste sentido, para além de analisar a hierarquia urbana, como proposto por Christaller, Corrêa (1989) afirma ser necessário observar de que forma estas cidades estão posicionadas na sua região, focando na interação com a rede urbana nas suas diferentes escalas.

A discussão sobre a rede urbana tem sido importante para o entendimento do papel das cidades médias. O conceito tem sido fundamental para entender as relações urbanas fora do contexto metropolitano, como defendido por Sposito (2007), Corrêa (2007; 2017), Castelo Branco (2007) e Andrade (2019). Embora o debate seja mais intenso em São Paulo, há pesquisas que analisam as relações urbano-regionais a partir deste conceito em outros contextos, como vem sendo feito por Queiroz et al. (2019) no Nordeste.

Ramos e Matos (2015) situam que as cidades médias são nódulos e pontos chaves na hierarquia urbana e, a partir desse entendimento, organizam critérios para entendê-las teórico-metodologicamente, dentre os quais elencam os fluxos migratórios, a dinâmica e a influência regional, os polos educacionais, o comércio, a indústria, os shoppings, os bancos dentre outros (ANDRADE, 2019; CASTELLO BRANCO, 2007; CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2010; 2007; SPOSITO *et al* 2007; SCHERER; AMARAL, 2020).

De acordo com Guimarães, Vieira e Nunes (2007), as cidades médias apresentam um crescimento que resulta em uma oferta de serviços, produção e empregos significativa, o que influencia os fluxos migratórios, que anteriormente se direcionavam principalmente para as metrópoles, que eram os principais polos de atração e concentração das mais diversas atividades. Sposito (2010) destaca a importância de compreender as mudanças nos espaços urbanos das cidades médias, uma vez que as influências internacionais afetam diretamente as relações dentro das hierarquias estabelecidas.

Essa influência internacional também reluz a necessidade de compreender as cidades médias, além dos papéis de intermediação entre cidades menores e maiores na rede urbana, não condizente com as funções desempenhadas no que tange às novas relações feitas no mundo globalizado (ARAUJO; MOURA; DIAS, 2011; BOMTEMPO, 2013; 2016).

Para Bomtempo (2016) o desenvolvimento das técnicas, da tecnologia, do transporte e dos sistemas de informação tem levado as cidades a realizarem a intermediação, independente do seu tamanho na rede urbana. Assim, deve-se considerar também elementos como as interações, os papéis regionais, a função urbana, as relações espaciais, as elites locais e regionais, a posição geográfica e suas intermediações, a organização do espaço interurbano e a organização interna. A migração e a mobilidade pendular têm sido exploradas por diversos estudiosos, dentre os quais Amorim Filho e Serra (2001), Corrêa (2007; 2017), Guimarães, Vieira e Nunes (2007), Sposito (2010), Amorim Filho e Rigotti (2016) e Andrade (2019).

Deste conjunto, o aspecto acerca do tamanho da população deve ser relativizado (CORRÊA, 2007), pois o mesmo é arbitrário no que diz respeito às questões temporais, uma vez que as cidades podem ganhar ou perder população (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2016). Contudo, Sorbazo (2008) expõe que o tamanho da população serve para comparar as cidades dentro de um recorte regional e, conseqüentemente, levar para outros indicadores que auxiliam a determinar a posição na rede urbana.

O critério, no que tange o tamanho da população, é uma abordagem que não leva em consideração as diferentes realidades regionais, o que torna difícil estabelecer comparações em um contexto desigual como o brasileiro. Desta maneira, as cidades médias no Espírito

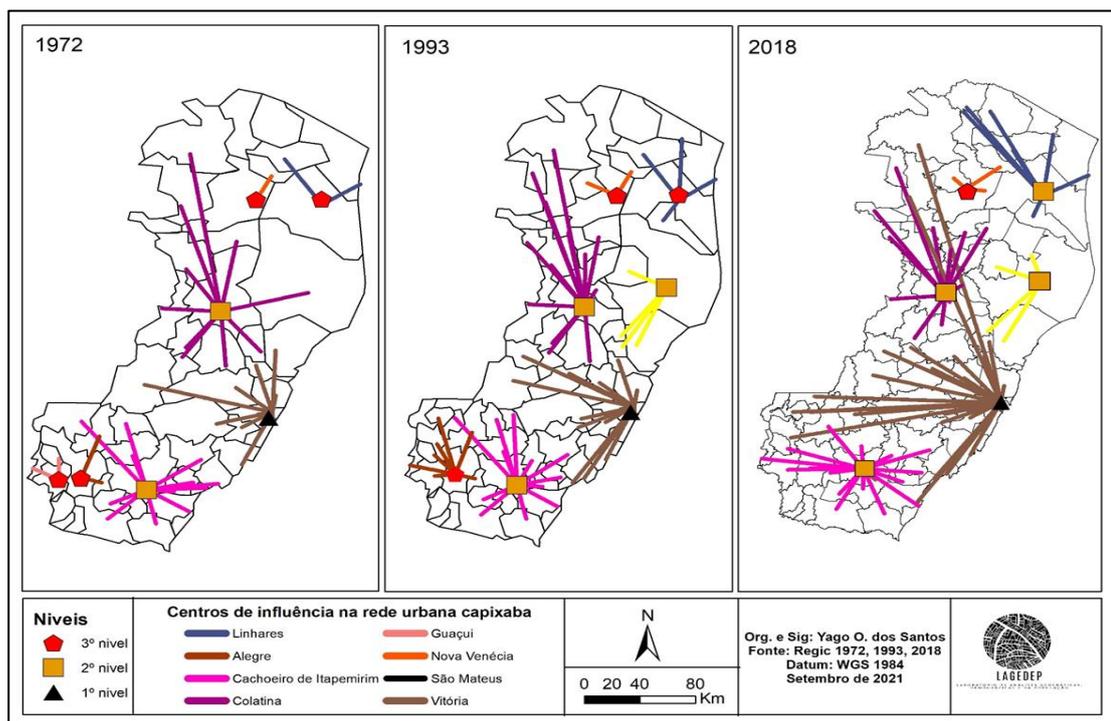
Santo não são iguais às de São Paulo ou do Rio de Janeiro, muito menos apresentam a mesma configuração da região Nordeste. A análise das cidades médias no Nordeste feita por Queiroz et al. (2019) corrobora com esse argumento, evidenciando a realidade da localidade diante das diferenças regionais e demográficas entre os estados.

Coloca-se como base, portanto, a compreensão destas cidades médias enquanto centralidades regionais. Na rede urbana existem relações interescares, tanto localmente (dentro de regiões de influência) quanto em nível global (de mesmo nível hierárquico, nível nacional ou internacional). Não obstante algumas delas possuir relações globais, ainda assim há dinâmicas e processos peculiares na transformação econômica, social e política (LENCIONI, 2014; SANTOS, 2013).

Para Scherer e Amaral (2020), a região deve ser colocada como uma dimensão relevante ao entender o papel desempenhado pelas cidades, para que não haja uma limitação de análise em relação à posição geográfica. Gomes (2020) expõe que, além de entender o agrupamento destas cidades, é interessante posicionar o centro (cidade) que estrutura essa região, sendo que a manifestação mais nítida da integração do território é a consolidação da rede urbana.

As Regics (Regiões de Influência das Cidades), cuja metodologia analisa a classificação das centralidades segundo a disposição de equipamentos (públicos ou privados), bens, serviços e atividades de gestão, representam bem as regionalizações do território a partir de evidências empíricas. No caso do Espírito Santo, a rede urbana foi se alterando no tempo (Mapa 1).

Mapa 1 - Mudanças na rede urbana representadas pela Regic (1972, 1993 e 2018)



Fonte - Santos (2023)

A capital Vitória sempre se manteve no 1º nível, demonstrando forte influência em todo o estado. Já os municípios do 2º nível representam as cidades médias da rede urbana capixaba. Estas aumentaram de 1972 a 2018: Cachoeiro de Itapemirim (ES) e Colatina mantiveram sua posição na hierarquia, devido principalmente às relações históricas com a capital e os outros estados. Linhares e São Mateus saíram do 3º nível em 1972, para 2º nível em 2018 seguindo transformações econômicas no Espírito Santo a partir da década de 90 (DOTA; FERREIRA, 2023).

A Regic possibilita compreender alguns padrões espaciais dos municípios do Espírito Santo, uma vez que a localização geográfica e a questão histórica auxiliam a entender, por exemplo, porque alguns municípios exercem influência sobre mais municípios do que outros. Cachoeiro de Itapemirim (ES) é a cidade média que mais influencia municípios, pois é a única ao sul do estado.

Assim, as cidades médias representam importantes centralidades regionais e, no caso de Cachoeiro de Itapemirim (ES), a sua influência regional foi crescendo ao longo do tempo, ao ponto de algumas centralidades regionais de 3º nível diminuírem sua influência. Para tal, é necessário destacar as dinâmicas regionais que estas cidades exercem nas questões econômicas, políticas e populacionais diante dos novos contextos da rede urbana, colocando principalmente a centralização de algumas atividades políticas e administrativas.

Contudo, não se pode esquecer o papel que Vitória tem exercido no Espírito Santo, uma vez que sua influência aumentou de tal forma que acabou impactando todas as regiões do estado. Este crescimento ficou evidenciado na Regic de 2018, momento em que a capital do se elevou ao nível de Metrópole Nacional, o que resulta das próprias transformações territoriais vivenciadas pelo estado nas suas relações locais, nacionais e internacionais.

MIGRAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS

A busca pelas relações intrínsecas entre os estudos populacionais e as discussões do urbano são importantes para pensar as dinâmicas territoriais ao longo da história brasileira. Ao longo do século XX e início do século XXI as migrações internas foram tema importante para a compreensão das mudanças ocorridas na rede urbana brasileira. Egler et al. (2011) e Rocha, Pêgo e Egler (2011) demonstram que tudo aquilo que envolve as mudanças nos movimentos migratórios e da rede urbana são consequências de si mesmos, ou seja, os movimentos migratórios se alteram de acordo com as mudanças ocorridas na rede urbana, e o contrário também ocorre.

Estas inter-relações são verificadas principalmente ao ser analisado o crescimento dessas cidades entre as décadas de 80 e 90, que ocorreram ao mesmo tempo que os estados do eixo RJ-SP foram impactados pela descentralização industrial, e conseqüentemente também ocorreu uma descentralização populacional (BAENINGER; CUNHA, 2007; CUNHA, 2003).

Seguindo estas transformações, autores como Pacheco e Patarra (1997) demonstram que a desconcentração populacional das grandes RMs (Regiões Metropolitanas) brasileiras alteraram e transformaram o território, principalmente no que tange aos fluxos que passou a se direcionar para outras aglomerações urbanas (BAENINGER, 2010). Sposito et al. (2007) apontam que, a partir destas transformações que as cidades médias começam a mostrar sua expressividade territorial na rede urbana brasileira. As mudanças no ritmo do crescimento populacional das cidades médias frente as RMs traz à tona a necessidade de entender quais tem sido os papéis destas cidades na hierarquia urbana (CASTELLO BRANCO; 2007; CORRÊA, 2017), e como principalmente a migração foi, e ainda tem sido, relevante neste processo, que acompanhou as transformações estruturais na economia e desenvolvimento urbano (QUEIROZ *et. al.*, 2019).

Galindo et al. (2022), Cunha (2003) e Silva *et al* (2017) relativizam o arrefecimento das regiões metropolitanas a partir da década de 80 e apontam que apesar de haver uma desconcentração populacional, ela não foi significativa. Da mesma forma, os primeiros

resultados do Censo de 2022 apontou que a primazia das RMs continua, não obstante diferenciações no crescimento dos municípios de porte médio (RODRIGUES; RIBEIRO, 2023). Assim, em um debate mais amplo da América Latina, os autores afirmam que esta desconcentração populacional não ocorre para longas distâncias, mas acabam retendo a população no entorno da metrópole ou em regiões próximas, isto é, há uma *desconcentração concentrada* (GALINDO et al., 2022), uma desconcentração que continua influenciada pela metrópole.

Os autores não desconsideram o crescimento populacional fora do contexto metropolitano, contudo reforçam que a questão metropolitana se mostra superior no que tange à influência regional. Embora concorde com os argumentos para o contexto nacional, o sentido buscado neste trabalho segue o de Queiroz et al. (2019; 2020), que busca compreender como as cidades médias do interior, fora do contexto metropolitano, se mostram importantes centralidades polarizadoras das suas regiões e o processo de interiorização dos municípios de porte médio (SILVA et. al, 2017)

A DINÂMICA MIGRATÓRIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES) PÓS-2000 E A PERDA DE POPULAÇÃO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO ES

O município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) tem apresentado mudanças no seu papel na rede urbana capixaba, e a análise da história do município auxilia a pensar a redução da população via migração. Apesar desta condição relativamente recente, o município mantém papel de centralidade regional e polariza relações sociais, econômicas e populacionais do seu entorno enquanto Capital nível C na Regic de 2018.

O contexto histórico dos movimentos migratórios precisa ser analisado “à luz das transformações econômicas que ocorreram no Espírito Santo, uma vez que as migrações são fortemente condicionadas por essas mudanças” (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 17) e, além disso, dão base para o entendimento da atualidade, compreendendo as formas que estes se expressam espacialmente.

Entre o século XIX e início do século XX, o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) comandava a economia provincial (PEREIRA NETO, 2011), pois estava no centro do desenvolvimento econômico. Investimentos em fluxos e fixos para o estabelecimento de Vitória como centralidade, como a modernização do Porto de Vitória (MOTA; MAGALHÃES, 2011) e a construção de vias férreas para fazer conexão com a Capital (FERREIRA, 2015; ESPIRITO SANTO, 1979; DADALTO; DOTA, 2023; MOTA, 2002),

direcionou a centralidade para Vitória e o Norte do estado e influenciou ao longo do tempo a redução da importância econômica de Cachoeiro de Itapemirim (ES) constituída entre os séculos XIX e início do XX.

Segundo Quintão (2015), o redirecionamento dos investimentos econômicos para Vitória a partir do final da década de 30 transformou toda a lógica anterior que era baseada no Sul do Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim (ES) não perde sua influência regional do Sul, mas é afetada diretamente por esta reversão sul-norte.

As transformações na rede urbana capixaba se intensificaram principalmente pelos projetos de industrialização para o Brasil a partir da metade do século XX (CANO, 2007; MOTA, 2002). Apesar de todo atraso no processo de industrialização (CASTIGLIONI, 2009), ficando entre os três estados que menos cresceram na economia industrial brasileira entre as décadas de 50 e 60 (CANO, 1999), a implantação da política industrial intitulada *Grandes Projetos*, que investiu em indústrias de base no estado, concentrou os recursos principalmente na capital, Vitória, e em municípios do seu entorno (FORTUNATO, 2011).

Cabe destacar que a lógica de investimentos para o desenvolvimento econômico do estado ocorreu de forma desigual ao longo do século XX, e a atenção com o desenvolvimento da Capital e de regiões menos desenvolvidas acabou negligenciando a região Sul.

Mudanças econômicas na virada do século XX para o XXI: uma análise a partir do trabalho e investimentos

O Espírito Santo tem passado por transformações em sua rede urbana principalmente pelas mudanças na infraestrutura econômica, que por vezes também reflete nas dinâmicas populacionais. Considerando os eixos de crescimento econômico desde a virada do século, se destaca o crescimento dos municípios das regiões Metropolitana e Norte capixaba. É importante situar que este crescimento econômico foi propiciado principalmente pela anexação da última na Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)³, o que auxilia no crescimento econômico via atração de indústrias (IJSN, 2011).

As evidências das mudanças apresentadas em municípios do Norte são visualizadas nas pesquisas de Pereira Neto (2020) e Antônio (2022). Os autores verificaram aumento do

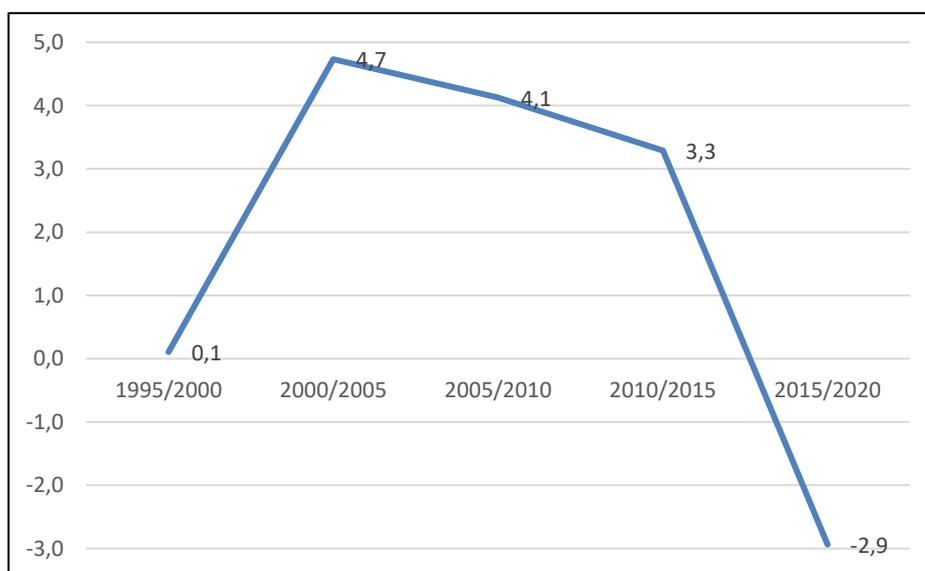
³ A SUDENE, ou Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, é uma autarquia federal brasileira criada visando promover o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste do Brasil. A SUDENE atua em diversos estados do Nordeste e também em parte do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Suas ações incluem a coordenação de programas de desenvolvimento sustentável, a atração de investimentos, a promoção de inovação tecnológica e a melhoria da qualidade de vida da população nordestina (PEREIRA NETO, 2020).

PIB e dos empregos formais (na maior parte dos setores da economia), principalmente em municípios que receberam subsídios federais, como Linhares. Junto ao crescimento econômico derivado dos incentivos fiscais, acelerou-se o crescimento populacional em decorrência dos movimentos migratórios.

A concentração dos investimentos no Norte mudou o panorama econômico do Estado. No caso de Cachoeiro de Itapemirim (ES), uma análise a partir do mercado de trabalho e investimentos públicos e privados apresenta resultados diferentes daqueles vistos em Linhares, no que tange a atração de indústrias e, até mesmo, o grande volume de migrantes.

O Gráfico 1 mostra a taxa de crescimento de empregos formais em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Entre 1995 e 2000, o crescimento foi nulo (0,1%), com crescimento positivo nos períodos 2000/2005, 2005/2010 e 2010/2015, e forte redução no período 2015/2020, chegando a -2,9% a.a.

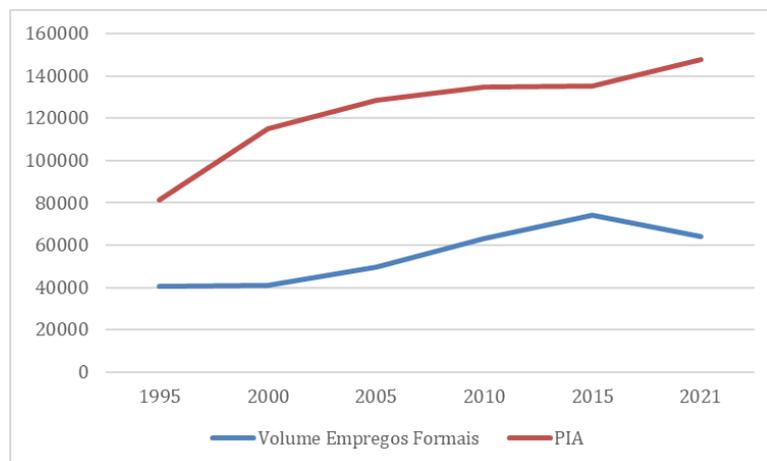
Gráfico 1 - Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.) do volume de empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim (ES). 1995/2000 e 2015/2020



Fonte - Elaborado a partir dos dados da Rais (1995-2020).

O Gráfico 2 compara os volumes da População em Idade Ativa (PIA) e dos empregos formais, indicando que o crescimento dos empregos não acompanhou o crescimento da PIA. Apesar do crescimento contínuo de ambos até o ano de 2015, a inserção de pessoas na PIA é sempre maior do que o estoque de empregos formais. Tal diferença fica maior a partir de 2015, pela aceleração no volume da PIA concomitante à redução do estoque de empregos formais.

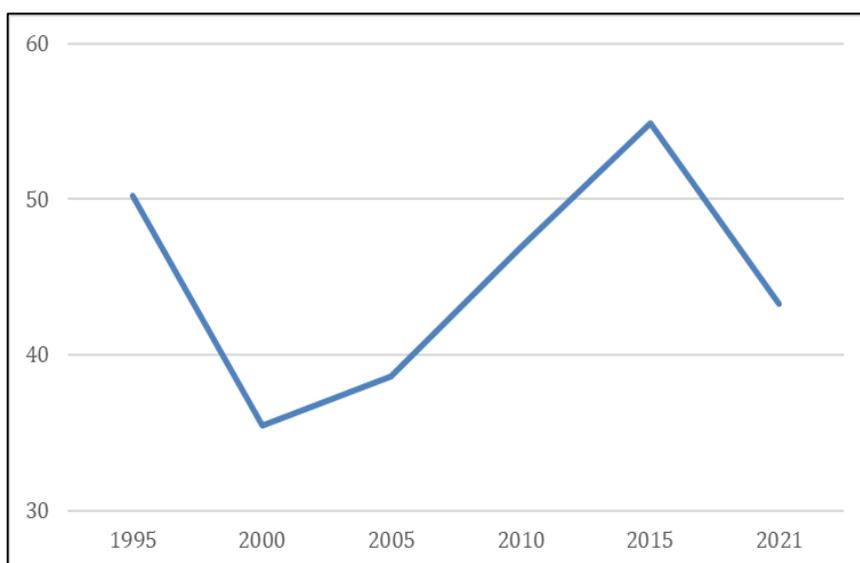
Gráfico 2 - Volume da População em Idade Ativa e dos empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim (ES). 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2021



Fonte - Elaborado a partir dos dados do Datasus (1995-2021); IBGE (2000, 2010); RAIS (1995-2020).

Apesar de em alguns momentos o volume de empregos formais crescer, eles não acompanharam o crescimento da PIA, como é visto no Gráfico 3, que mostra a taxa de participação. Estes dados reforçam a estagnação econômica do município. No início do século XXI a participação estava abaixo de 40%, e em 2015 alcançou a maior taxa de participação, que foi de 55%, com redução a partir de 2015 pela crise econômica instalada em nível nacional.

Gráfico 3 - Taxa de participação da População em Idade Ativa (%) em relação aos empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim (ES). 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2021

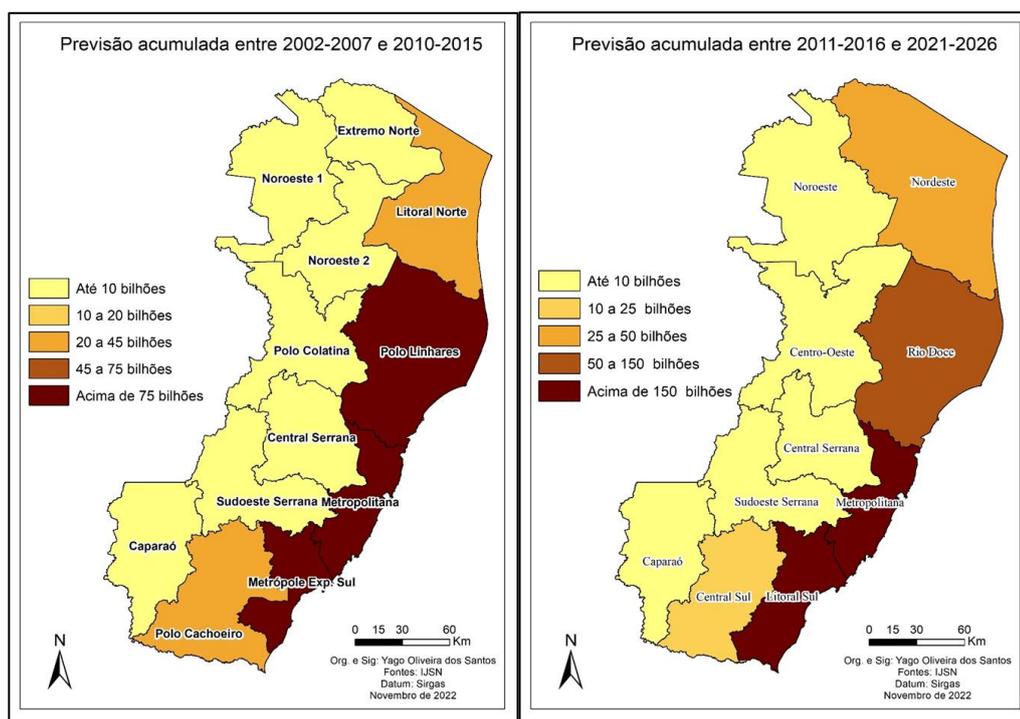


Fonte - Elaborado a partir dos dados do Datasus (1995-2021); IBGE (2000, 2010); RAIS (1995-2020).

Os dados sobre a categoria de trabalho de Cachoeiro de Itapemirim (ES) apontam para uma diminuição no volume de empregos disponíveis em relação a PIA. A variação nos postos faz parte de um contexto maior de crises, e impacta a migração devido à redução de oportunidades.

Os investimentos públicos e privados também servem como referência para a análise dos processos em andamento. Nota-se que o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) e sua região (Polo Cachoeiro e Central Sul, respectivamente) estiveram em posições inferiores no recebimento de investimentos, diferentemente do observado nas regiões litorâneas, e ainda mais na RMGV (Região Metropolitana da Grande Vitória). Os municípios que mais receberam investimentos nas últimas décadas foram aqueles com alguma atividade econômica relacionada com o setor do petróleo e gás, principalmente as regiões Metropolitana (RMGV), Litoral Sul, Rio Doce e Nordeste (Mapas 3 e 4).

Mapas 3 e 4 - Investimentos públicos e privados previstos acumulados entre 2002 e 2021



Fonte - Elaborado por Santos (2023) a partir dos dados de IJSN (2002-2021).

Cachoeiro de Itapemirim (ES) e sua região (Polo Cachoeiro ou Central Sul, respectivamente) continha entre 10 a 45 bilhões entre 2002 e 2010 no volume total de investimentos previstos, públicos e privados, e entre 2011 e 2021 entre 10 e 25 bilhões,

indicando uma diminuição. Essa perspectiva é diferente das microrregiões litorâneas que aumentaram suas previsões, como por exemplo o Litoral Sul, microrregião vizinha, que saiu da previsão “acima de 75 bilhões” para “acima de 150 bilhões”.

Dota e Ferreira (2023) apontam, a partir de uma análise da reestruturação produtiva e das novas dinâmicas do estado do Espírito Santo, que essa centralização dos investimentos na porção litorânea tem gerado desigualdades territoriais entre os municípios e regiões. Assim, passa-se a separar o estado em duas partes: o litoral com grande crescimento econômico e populacional, e o interior do estado estagnada.

A análise dos investimentos previstos auxilia a entender as transformações territoriais em curso e os impactos seletivos nas diferentes partes do estado. Apesar da Regic 2018 apontar o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) enquanto importante centralidade regional no estado, e principalmente no Sul, é evidente uma redução da importância nesse início de século em nível estadual.

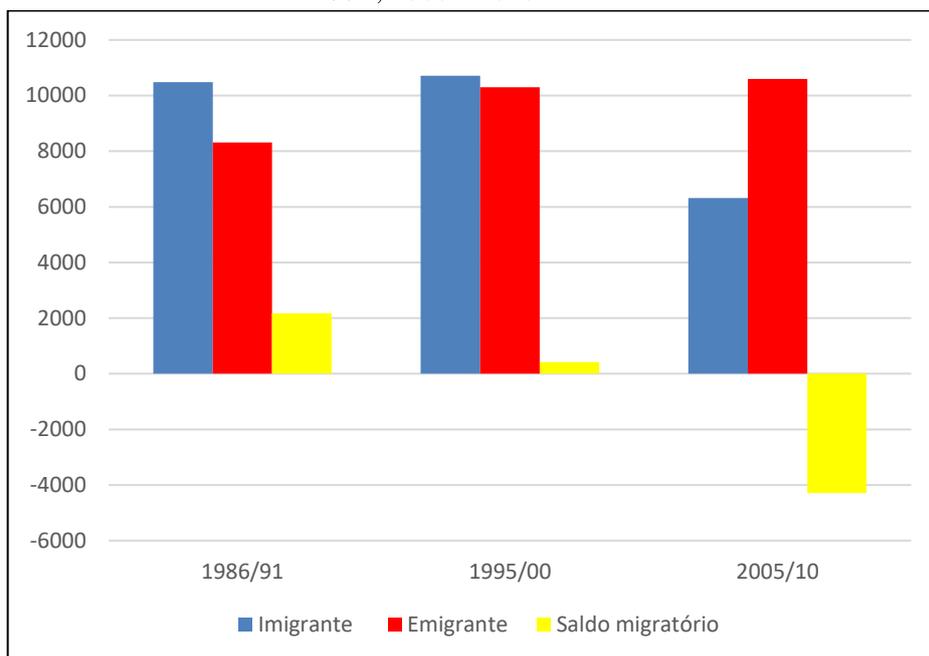
Isto posto, a estagnação econômica de Cachoeiro de Itapemirim (ES) resulta dos baixos investimentos em relação a outras regiões, o que reverbera nos dados do mercado de trabalho. A situação de Cachoeiro de Itapemirim (ES), portanto, é um retrato da nova dinâmica econômica e territorial do Espírito Santo nesse início de século XXI, com tendência de aprofundamento.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES) E O CONTEXTO REGIONAL

As análises dos movimentos migratórios permitem compreender o direcionamento, as características sociodemográficas, e refletem sobre as relações com os dados das seções anteriores. Estes elementos se assentam na busca de um entendimento de mudanças econômicas na rede urbana capixaba.

No Gráfico 4 é apresentado os volumes de emigração, imigração e saldo migratório de Cachoeiro de Itapemirim (ES) nos três últimos censos demográficos. O saldo migratório em 1986/91 foi positivo, mas uma década depois caiu consideravelmente devido ao aumento do volume de emigração. No período seguinte, o volume de imigração diminuiu pela metade, fazendo com que o saldo ficasse negativo. Estas questões podem ser observadas diretamente com as transformações na rede urbana capixaba que ocorreram entre o fim do século XX e início do século XXI, como analisado anteriormente.

Gráfico 4 - Imigrantes, emigrantes e saldo migratório do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES). 1991, 2000 e 2010



Fonte - Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10.

Dentro da dinâmica migratória estadual, o saldo migratório negativo de Cachoeiro de Itapemirim (ES) só é menor do que o de Vitória, cujo resultado deriva da própria dinâmica metropolitana, como visto nos dados de Dota (2016). Fora da região metropolitana, Cachoeiro de Itapemirim (ES) se destaca no que tange seu tamanho populacional, o PIB e volumes populacionais consideravelmente em relação aos outros municípios do estado.

Na Tabela 1 são expostos os volumes da migração bruta. Houve um aumento em 1995/2000 e uma diminuição no período posterior. Apesar da perda migratória, o volume de migrantes é grande no comparativo com outros municípios do estado (DOTA, 2016), demonstrando a sua posição na rede urbana, enquanto uma cidade média polarizadora e que concentra grande volume populacional.

Tabela 1 - Migração bruta e IEM do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES). 1991, 2000 e 2010

	Migração bruta	IEM
86/91	18.793	0,11
95/00	21.015	0,01
05/out	16.910	-0,25

Fonte - Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10.

O Índice de Eficácia Migratória (IEM) retrata este cenário de perda migratória recente, em que sai de um saldo positivo em 86/91 para negativo em 05/10. Dota e Queiroz (2019) expõem que este índice é capaz de verificar se o território ganha, circula ou perde migrantes. Quanto mais próximo de +1 maior o ganho migratório em relação aos que circularam; aproximado de 0 se encaixa em circulação migratória; e perto de -1 em perda migratória, sempre comparativo ao total de pessoas que entraram e saíram.

O resultado destas trocas é visto nas dinâmicas populacionais de Cachoeiro de Itapemirim (ES) e principalmente nos impactos refletem na diminuição da população.

Tabela 2 - Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.) da população. Cachoeiro de Itapemirim (ES) e outras escalas de análise. 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022

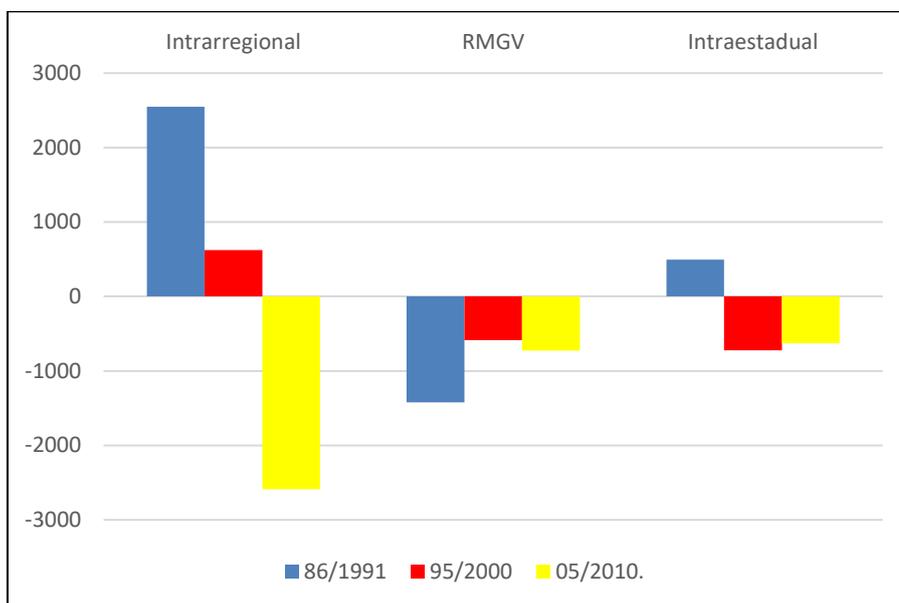
	1980/1991	1991/2000	2000/2010	2010/2022
Brasil	1,9	1,6	1,2	0,5
Espírito Santo	2,3	2	1,3	0,7
Vitória	2	1,4	1,2	-0,1
Linhares	-0,3	-0,7	2,3	1,4
Cachoeiro de Itapemirim (ES)	1,3	2,2	0,8	-0,2

Fonte - Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000, 2010 e 2022.

Os primeiros resultados do Censo de 2022 confirmam a mesma tendência: o município perdeu população, mantendo o ritmo de diminuição na população (Tabela 2). Em comparação com outras áreas, percebe-se que o município é o que menos cresce, especialmente quando comparado com outra cidade média, Linhares (ES), uma das que mais recebeu investimentos industriais pela entrada na SUDENE a partir de 2008.

Ainda nesta comparação é visto que Cachoeiro de Itapemirim (ES) só chega ao patamar do arrefecimento populacional entre 2010/2022 da Capital Vitória. Contudo, é importante situar que as questões ligadas a diminuição populacional de Vitória ocorrem por outro contexto, o metropolitano, em que municípios vizinhos da sua região acabam atraindo esta população (GALINDO *et. al.*, 2022; DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017; SILVA *et. al.*, 2016) em uma dinâmica de integração e interdependência do mercado habitacional.

Gráfico 5 - Saldo migratório de Cachoeiro de Itapemirim (ES) em trocas intrarregionais, com a RMGV e intraestadual. 86/1991, 95/2000 e 05/2010

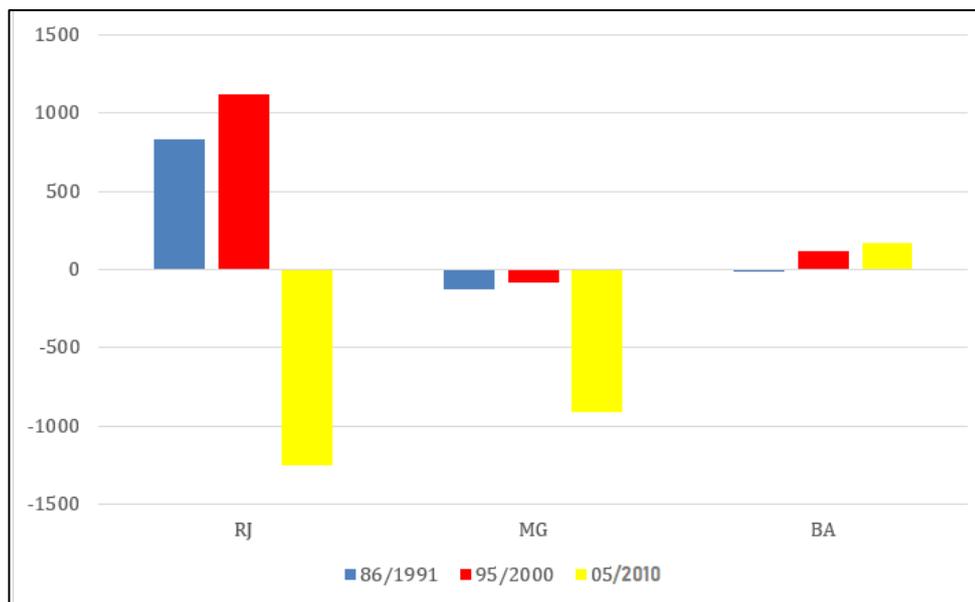


Fonte - Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10.

O Gráfico 5 traz os saldos migratórios das trocas dentro do estado do Espírito Santo. Como visto no mapa de saldo migratório, há uma inversão no saldo migratório das trocas com os municípios de sua região. Assim, o resultado entre os três períodos censitários é a saída de ganho migratório para uma situação de perda entre os municípios do seu entorno.

A RMGV se mantém enquanto destino que mais ganha migrantes nas trocas com o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES). A Regic 2018 demonstra o avanço da influência da metrópole Vitória sobre todo o estado, inclusive para a região sul do Espírito Santo. Em nível intraestadual também é vista esta mudança no saldo migratório, e se mostra relevante ao analisar que Cachoeiro de Itapemirim (ES) não apenas possui intensas trocas migratórias com municípios da sua região, ou com aqueles da RMGV, mas também com municípios de maiores distâncias.

Gráfico 6 - Saldo migratório da migração de Cachoeiro de Itapemirim (ES) em trocas em nível interestadual com estados vizinhos do ES. 1986/19, 1995/00 e 2005/10



Fonte - Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10.

O saldo migratório apresentado pela troca interestadual com Minas Gerais mostra que o saldo negativo é o padrão, sendo os números do último período mais expressivos. Na Bahia, mesmo mais distante que os outros estados vizinhos, Cachoeiro de Itapemirim (ES) apresentou saldo migratório ascendente positivo desde o primeiro período da análise (Gráfico 6), o que reforça o estado baiano como a principal origem de migrantes em nível estadual nesse início de século (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017).

O saldo com o Rio de Janeiro se destaca nestas trocas, uma vez que a proximidade geográfica é uma questão histórica para Cachoeiro de Itapemirim (ES). De um período para outro o saldo se inverte igualmente, isto é, o valor positivo no período entre 1995/00 se inverte com a mesma intensidade entre 2005/10, e essa relação com o Rio de Janeiro se mostra como o grande elemento explicativo do saldo negativo do município, somado ao crescimento da emigração para Minas Gerais. Neste sentido os novos arranjos da rede urbana são configurados nas migrações internas pelo deslocamento entre o próprio estado e estados vizinhos, como Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Os volumes migratórios anteriormente analisados expõem que o município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) ainda possui relevância regional, com alto volume migratório. Por outro lado, a relevância representada pela reversão sul-norte também provoca redirecionamentos destes migrantes para municípios metropolitanos, o que vem apresentando grande expressão, além de outras cidades médias, como Linhares e São Mateus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados do século XX Cachoeiro de Itapemirim (ES) entrou em estagnação econômica devido as políticas de erradicação dos cafezais, principal motor da economia municipal. Contudo, sustentou-se pela centralidade regional criada nas relações com seus municípios vizinhos e o norte do Rio de Janeiro. Nas décadas seguintes, o direcionamento dos investimentos industriais para a RMGV e o litoral, com destaque para o litoral norte mais recentemente, tem gerado transformações territoriais de grande monta no estado, cujos resultados reverberam por todas o território.

A análise do conjunto histórico é importante, pois auxilia o entendimento mais recente dos movimentos migratórios desde a década de 1990. Como visto, o município deixa de ter um saldo migratório positivo e passa a ter um saldo negativo. Os novos contextos da rede urbana capixaba, a partir da concentração econômica no litoral pelos investimentos do setor de petróleo e gás deixam um vazio econômico e de atratividade na porção Oeste do estado.

Assim, é importante evidenciar que os investimentos públicos e privados demonstram estas concentrações no litoral, também os principais destinos migratórios daqueles que deixaram Cachoeiro de Itapemirim (ES). Por outro lado, as relações de centralidade regional enquanto cidade média com os municípios de sua região também apontam mudanças ao longo dos três períodos censitários. No período entre 1986-1991 ainda eram municípios que compunham o saldo migratório positivo de Cachoeiro. Entretanto, no último período censitário estes acabaram diminuindo este saldo positivo, ou passaram a ter saldos negativos.

Os grandes volumes migratórios que tem como origem ou destino o município corroboram com sua importância regional, alçando ao posto de cidade-média. Apesar de não terem a mesma representatividade das regiões metropolitanas, principalmente a respeito de outras modalidades de migração de curta distância, não são pouco expressivas como as pequenas, justamente pelo papel polarizador que exercem. Assim, as dinâmicas migratórias destas cidades médias são relevantes em relação ao estado e exprimem bem, como mostramos, as dinâmicas territoriais em transformação.

Neste contexto, a migração tem seu papel analítico ressaltado enquanto fenômeno geográfico, econômico e social para análise das transformações macroestruturais em curso no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Este artigo deriva da pesquisa de dissertação “Novos arranjos dos movimentos migratórios no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES)”, que recebeu financiamento através de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPES).

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 19., 2016, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Belo Horizonte: ABEP, 2016. p. 1-22.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 85-104, 2001.

ANDRADE, Í. L. de. **A mobilidade pendular como indicador na caracterização de cidades médias**. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo). Disponível em:<https://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13790_%CDTALA_final.pdf>. Acesso em 20/06/2020.

ANTÔNIO, H. M. O aumento populacional no município de Linhares–ES no período de 2000 a 2010: uma análise a partir dos fatores econômicos. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 57, p. 716-740, 2021. Disponível em:< <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2328> >. Acesso em 10 de Novembro 2022.

ARAÚJO, M. M. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: Rafael Henrique Moraes Pereira; Bernardo Alves Furtado. (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. 1ª ed. Brasília: IPEA, 2011, p. 61-77

BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población**, Santiago, n. 85, p. 185-207, 2007.

BAENINGER, R. Crescimento das Cidades: MetrÓpole e Interior do Brasil. In: Rosana Aparecida Baeninger. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais**. 1ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2010, v. 1, p. 209-222.

BOMTEMPO, D. C. Cidade média, indústria e migração: recortes para compreensão da urbanização brasileira. **Entorno Geográfico**, Londrina, n. 12, p. 101-117, 2016.

BOMTEMPO, D. C. Migração, indústria e cidade média. **Revista Faz Ciência**, Londrina, v. 15, p. 53-67, 2013.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 245-277, 2007.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**, Vitória, n.7, p.93-109, 2009.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, p. 23-33, 2007.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; DA SILVA, William Ribeiro (Ed.). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, p. 29-50, 2012.

CUNHA, J. M. P. **Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 17, p. 218-233, 2003.

DADALTO, M. C.; DOTA, E. M. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. **Revista Ágora**, Vitória, v. 34, n. 3, p.

e-2023340304, 2023. DOI: 10.47456/e-2023340304. Disponível em:
<<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/40175>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

DOTA, Ednelson Mariano. **Indicadores de migração dos municípios do Espírito Santo: o período 2000- 2010**. Vitória: UFES, 2016.

DOTA, E. M.; COELHO, A. L. N.; CAMARGO, D. M. **Atlas da migração no Espírito Santo**. Vitória, UFES, Proflex. Available at: <http://www.geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/atlas3.pdf>. Accessed: November, v. 15, p. 2019, 2017.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 21, p. 415-430, 2019.

DOTA, E. M. FERREIRA, F. C. Reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e migração: um olhar sobre o Espírito Santo no século XXI. In: FUSCO, Wilson; MYRRHA, Luana Junqueira Dias; Jordana Cristina de Jesus. (Org.). **Migração, Trabalho e Gênero**. 1ed. Belo Horizonte-MG: ABEP, 2021, v. 1, p. 642-656.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais. **EURE**, Santiago, v. 49, n. 146, p. 1-22, 2023.

EGLER, C. A. G. MENDES, C. C.; FURTADO, B. A.; PEREIRA, R. H. M. **Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência**. Governo Federal, p. 25, 2011.

ESPIRITO SANTO; Secretaria de Estado. Departamento de Análise e Consolidação de Programas. **Migrações internas no Espírito Santo**. [Vitória, ES], 1979.

FERREIRA, C. S. **Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FORTUNATO, D. O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões**, Vitória, n. 27, 2011.

GALINDO, A. M. C.; CUNHA, J. M. P.; BARQUERO, J.; MACADAR, D.; MOLINA, W.; OLIVERA, G.; RODRÍGUEZ, J.; SOBRINO, J. Desconcentración concentrada y migración: una mirada desde grandes metrópolis de América Latina. **Revista Latinoamericana De Poblacion**, Santiago, v. 16, p. e202108, 2022.

GOMES, P. S.; CALDEIRA, R. F. C. O que a rede urbana-regional do Brasil tem a dizer sobre o avanço da Covid-19? Ponderações para uma agenda urbana-regional atual e pós-pandemia. Espaço e Economia: **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 20, 2020.

GUIMARÃES, R. B.; VIEIRA, A. B.; NUNES, M. Cidades médias: territórios da exclusão. **Cidades**, Chapecó, v. 2, n. 4, 2005.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de desenvolvimento da rede de cidades no estado do Espírito Santo**, Vitória - 2011.

MATOS, R. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. **Cadernos do LESTE**, 2009.

KING, R. Geography and migration studies: Retrospect and prospect. **Population, space and place**, Chichester, v. 18, n. 2, p. 134-153, 2012.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LOBO, C.; SOARES, R. S.; CARVALHO, P. F. B. Mobilidade espacial da população: Análise do fluxo de estudantes de nível superior nos centros regionais no interior de Minas Gerais. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista Franco-brasileira de geografia*, Belo Horizonte, n. 47, 2020.

MOTA, F. C. M. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002.

MOTA, F. C. M. **História econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia: Gráfica e Editora América/IHGES, 2013.

MOTA, F. C. M.; MAGALHÃES, Diogo Franco. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, Vitória, v. 16, n. 1, 2011.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. **Movimentos migratórios anos 80: novos padrões.** In: PATARRA, N. L. et al (Org.). Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas: IE/UNICAMP, 1997

PEREIRA NETO, C. **Considerações sobre a inserção do Espírito Santo na economia capitalista.** In: ARTHMAR, Rogério; FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro. (Org.). Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo. 01ed. Vitória: PPGeco / CORECON ES, 2011, v. 01, p. 39-69.

PEREIRA NETO, C. **A migração para o bairro Planalto, no município de Linhares, impulsionada por fatores econômicos e redes migratórias.** 2020. 424f. Tese (Doutorado em Geografia - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo). Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14798_Tese%20Claudeci%20final.pdf>. Acesso em 30/10/2022

QUEIROZ, S. N.; OJIMA, R.; CAMPOS, J.; FUSCO, W. Cidades médias do interior do Nordeste: rumos e relevância na atração de migrantes. Anais do XVIII Encontro Nacional da ANPUR, Recife, 2019.

QUEIROZ, S. N. de.; OJIMA, R.; CAMPOS, J.; FUSCO, W. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 22, e202033pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202033pt

QUINTÃO, L. C. **Estrada de ferro, economia regional e territorialidade: o Espírito Santo na Primeira República,** 2015. Disponível em: <<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/636631305838718358-with-cover-page-v2.pdf>>. Acesso em 10/08/2022.

RAMOS, E. F.; MATOS, R. E. S. Interiorização da urbanização e a discussão sobre cidades médias no Brasil. **Geografia em Questão**, v. 8, n. 2. Disponível em: <<https://www.unioeste.br/geografiaemquestao>>. Acesso em: 15/04/2023.

RODRIGUES, J; RIBEIRO, L. C. Q. Distribuição da população brasileira segundo o censo 2022: desmistificando o esvaziamento das metrópoles. **Observatório das Metrópoles**, 2023. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/distribuicao-da-populacao-brasileira-segundo-o-censo-2022-desmistificando-o-esvaziamento-das-metrolopes/>>. Acesso em: 20/07/2023.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5. ed. 1. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2013.

ROCHA, J. D.; PEGO, B.; EGLER, C. A. G. Integração Produtiva e Rede Urbana. In: Rafael Henrique Moraes Pereira e Bernardo Alves Furtado (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas Interfaces**. 1ª ed. Brasília, DF: IPEA, 2011, v. 1, p. 119-134. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2110/1/dinamicas_urbanas_redes.pdf>. Acesso em: 20/09/2021.

SCHERER, C. E. M.; AMARAL, P. V. M. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

SANTOS, Y. O. de. **Novos arranjos dos movimentos migratórios no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES)**. 2023. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo).

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ALONSO, R. M.; CHAVES, L. F. Crescimento das cidades médias e interiorização da migração: realidade ou mito? *Revista Geografias*, Belo Horizonte, p. 25-40, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2237-549X.13445>>.

SOBARZO, O. As cidades médias e a urbanização contemporânea. **Revista Cidades**, v. 5, n. 8, 2008

.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 35-67, 2007.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA Rodrigo Valente. (orgs.). **Cidades**

Médias Brasileiras. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:
http://desafios.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=281.

Artigo recebido em: 14 de setembro de 2023.

Artigo aceito em: 26 de junho de 2024.

Artigo publicado em: 09 de julho de 2024.